

MIGUEL ANGEL POLINO

MERCADO, MEIO AMBIENTE E DEMOCRACIA

*...o mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles
que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam e
deixam o mal acontecer!!! **Albert Ainstein***

Lauro de Freitas, B.A.
2022

ARTIGO

MERCADO, MEIO AMBIENTE E DEMOCRACIA

RESUMO:

Ultimamente¹, um tema mundial vem ganhando peso sociopolítico/econômico e mediático nas agendas nacionais e internacionais, Mercado e Extrativismo no Meio Ambiente. Dois conceitos que correm paralelamente desde o ponto de vista predatório.

O interesse do capital nos recursos ambientais, entre eles água, superficial e subterrânea, exerce forte influência sobre o funcionamento do clima no planeta; situação que vem sendo alterada a partir da ação humana que leva aos processos de mudanças climáticas globais. A retirada indiscriminada de recursos naturais, podendo ser minerais, animais ou vegetais com intuito de lucro, e com pouca preocupação em sua reconstituição, mostra como a ganância imediata toma conta de espaços sensíveis do planeta terra e consequentemente dos seus habitantes.

Objetivo: Este artigo, tem como objetivo colocar na mesa de debate um conceito-chave da sociobiologia e a interdisciplinaridade com áreas de estudo e pesquisa, inclusive da psicologia e neurologia. Para tentar entender a relação entre as ações do ser humano na sociedade e suas formas comportamentais, o trabalho sustenta que os problemas sociais – ex. pandemia e situação econômica – são estímulos que entram na área do sistema nervoso cerebral determinando o desenvolvimento comportamental de suas ações influenciadas pelo médio que os rodeia e histórico de vida do determinado indivíduo.

Neste quadro, em que as consequências ambientais, sociais, econômicas e culturais das alterações climáticas também se intensificaram, em relação às várias dimensões a nível global, local e regional, o tempo de remediar está esgotado, e em determinado momento, esta riqueza pode deixar de existir. Assim, torna-se necessário gerar respostas científicas e políticas claras aos seus múltiplos problemas, denunciado constantemente apoiando as reclamações nas organizações internacionais da Secretária Geral da ONU e da Agência Internacional de Energia - Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC),

Metodologia: Este problema já não pertence somente ao mundo da academia ou a determinada disciplina, nem mesmo aos cientistas ou ao atuar político. Hoje, a problemática

¹ Finais do S.XX e início deste S. XXI.

pertence a todas as sociedades, povos e disciplinas e somente com esforços interdisciplinares, poderemos colaborar com anseios de preservar a vida do planeta.

Principais Resultados: Aborda-se neste artigo a inclusão do conceito do Ser Humano inserido na problemática, mudando os conceitos do pensamento com respeito ao porvir da humanidade. Diante das catástrofes ambientais não podemos considerar este planeta como completamente seguro para o ser humano; jamais poderemos prever o mal e o bem invisível que pode chegar subitamente da natureza.

Conclusão: Entre os fatores externos socioculturais/econômicos do stress responsabilizamos as mudanças sociais de nossa vida atual. Não nos empoderamos da mais serena confiança no futuro, é o resultado foi a mais segura fonte de decadência. A toma de consciência das respostas ambientais, nos deixa diante de um novo conceito do bem comum.

Palavra-Chave: Mercado, Extrativismo Ambiental, Participação, Democracia.

ABSTRACT

Lately, a global issue has been gaining socio-political/economic and media weight in the national and international agendas, Market and Extractivism in the Environment. Two concepts that run parallel from the predatory point of view.

Capital's interest in environmental resources, including raw, surface and underground water, has a strong influence on the functioning of the planet's climate; situation that has been changed from human action that leads to global climate change processes. The indiscriminate withdrawal of natural resources, which may be minerals, animals or plants for profit, and with little concern for their reconstitution, shows how immediate greed takes over sensitive spaces on planet earth and consequently of human beings.

Objective: This article aims to bring to the table a key concept of sociobiology and interdisciplinarity with areas of study and research, including psychology and neurology. To try to understand the relationship between human actions in society and their behavioral forms. The work maintains that social problems – eg. pandemic and economic situation - are stimuli that enter the area of the brain nervous system determining the behavioral development of their actions, influenced by the environment that surrounds them and the life history of a given individual.

In this context, in which the environmental, social, economic and cultural consequences of climate change have also intensified, by human action, in relation to the various dimensions at a global, local and regional level, the time to remedy our planet is exhausted, and in a certain At the moment, this wealth ceases to exist, making it necessary to generate clear scientific and political responses to its multiple problems and to be constantly denounced, supporting complaints in the international organizations of the UN Secretary General and the International Energy Agency - Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC),

Methodology: This problem no longer belongs only to the world of academia or a particular discipline, nor even to scientists or to political action. Today, the problem belongs to all societies, peoples and disciplines and only with interdisciplinary efforts can we collaborate with the desire to preserve the life of the planet.

Main Results: This article addresses the inclusion of the concept of the Human Being inserted in the problem, changing the concepts of thought with respect to the future of humanity. Faced with environmental catastrophes, we cannot consider this planet to be completely safe for

human beings; we will never be able to foresee the evil and the invisible good that can suddenly arrive from nature.

Conclusion: Among the sociocultural/economic external factors of stress, we blame the social changes in our current lives. We have not empowered ourselves with the most serene confidence in the future, and the result has been the surest source of decay. Awareness of environmental responses leaves us with a new concept of the common good.

Keywords: Market, Environmental Extractivism, Participation, Democracy.

INTRODUÇÃO

A água se consolidou como recurso que não desempenha um único papel dos ambientes aquáticos, facilita também, a existência de uma grande biodiversidade sendo fonte de inspiração, nutrição, e segurança alimentar de importantes componentes considerados no contexto do uso, manejo e conservação dos recursos naturais, indispensável para todas as atividades dos seres vivos (Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos – BPBES, 2018). Insostituível para o equilíbrio da vida, a água, entra no campo do conflito econômico, revelando um processo de privatização, que se apropria indevidamente num saque descontrolado pretendendo, o mercado, transformar água bruta em um recurso privado de acesso restrito, voltado para o capitalismo extrativista. Dito isto, deduz-se, que o mercado composto de seres humanos afirmando que a vida na terra se pode resolver tecnologicamente, insiste num avanço de destruição e desrespeito ao meio que nos rodeia.

Para entender esta relação, do parágrafo anterior sobre comportamento humano, a ciência entende que o desenvolvimento e a maturação dos incentivos cotidianos no sistema nervoso central, chamados de "regulação epigenética", chegam na zona de conflito cerebral ajudados por uma infinidade de conexões que estimulam as emoções genéticas sem alterar o seu código. A função desta ação é mediar o impacto do meio que o rodeia e os genes. Os genes não determinam a fisiologia ou o comportamento, mas interagem com o ambiente para influenciá-lo. É possível encontrar fatores históricos da vida do ator que estimulam e são responsáveis por a influência de uma decisão.

Dentro deste conceito anterior, se movimentam os seres humanos mudando sociedades que no campo da tecnologia, foram levadas para a virtualidade mostrando imensa capacidade de trabalho a distância; se demonstrou que o Estado é o único capaz de ordenar e canalizar uma crise catastrófica. O surgimento do termo biopolítica enquadrava aqueles estudos que sustentavam com preocupação a necessidade de cuidado e bem-estar como questão de governo com o objetivo de disciplinar os corpos e mercantilizar o conhecimento. O coronavírus avançou, a ponto da população e as empresas exigirem políticas de cuidado e proteção diante de um mercado em crise. nos mostrando seu lado negativo desarticulando setores da sociedade separando-a dos interesses democráticos de organização social participativa e colaborativa na construção de políticas públicas².

² Para o Mercado o Estado só deve intervir quando as ganancias estão em baixa, com este pensamento, se os prejudicados das crises são os mais vulneráveis, não tem intervenção, é assim opera o jogo das forças de mercado.

No início da pandemia (2019), alguns setores analíticos acreditavam que esses problemas permaneceriam limitados ao contexto da pandemia, e falavam, esperançosos, que passada a crise pandémica seríamos melhores Seres Humanos, que os laços de fraternidade e união que se iam desenvolvendo para enfrentar tamanha adversidade seriam mais fortes e manteriam no futuro um melhor entendimento nos conflitos sociais. Engano, as disputas por obtenção de vacinas, que até hoje mantem desigualdade entre países, as transações comerciais para obter recursos da saúde geraram conflitos internacionais entre França, Itália, EEUU e outros. Os interesses foram se modificando e substituindo na mídia, por outros já existentes, a exemplo do confronto comercial entre EEUU y China, y entre Rússia y Arabia Saudita gerando una guerra de preços pelo petróleo; a guerra de interesses de mercado no continente europeu (Rusia/Ucrania) com a participação da União Europeia, EEUU e a OTAM, repercutindo no mundo todo, mostrando uma nova dimensão da relação Estado/Mercado.

A inflação global, o deslocamento forçado de pessoas e as grandes desigualdades persistentes são as dinâmicas mais visíveis no mundo após a pandemia que reafirmam o que sempre existiu discernindo que no transcurso da história teve transformações, mas pouco mudou na essência de saídas e entradas de crises e situações que somente mudam os nomes e lugares³. A imagem é clara, enquanto os Estados desordenados lutam por interesses econômicos com dinheiro do contribuinte, o Mercado dita as regras, os Estados aceitam e as populações sofrem e pagam as consequências. A pandemia exacerbou desigualdades que os Estados não conseguiram – ou, em alguns casos, não quiseram – reverter.

Assim, vivendo momentos políticos singulares (ANDERSON, 2019), o Brasil não ficou isento; uma total apatia à legalidade e a moralidade, colocam em crise o sistema representativo adotado pela democracia constitucional brasileira. Desta forma, torna-se imprescindível, novas pesquisas e estudos para apresentar ferramentas mais efetivas tanto no controle, quanto para a participação popular.

Dito isto, não podemos deixar de refletir que os conceitos de inflação, agitação social e crises de desigualdade entre povos são relacionados ao papel do Estado e do Mercado, ambos compostos por Seres Humanos⁴,

³ Deseis, outras guerras de interesses, se desenvolvem na Síria, Iraque, Afeganistão e dentro do continente africano.

⁴ Não basta escolher representantes, o princípio democrático exige a existência de formas de participação efetiva nas escolhas e diretrizes da gestão governamental. Cabe ao Estado criar a estrutura que permita a participação social, para legitimar os caminhos a serem seguidos em nome do bem-estar social e do interesse público.

As elites do capital responsabilizam e difundem mecanismos desagregadores na democracia representativa e participativa, que não mais vê na gestão imperativa e hegemônica, qualquer incentivo participativo nas decisões estatais sendo muito fácil dizer (MOUNK, 2019):

- i) desarticulação da Sociedade Civil e seu desapego nos processos participativos, se deve à falta de dinheiro e diminuição do mercado de trabalho;
- ii) secas, chuvas excessivas e fora de época etc. são produto do Câmbio Climático.

Apontar o problema sem estudo de causa, fica como uma grande inverdade; somos nós Seres Humanos, que não nos empoderamos dos mecanismos de participação e sem querer, estamos provocando a destruição do planeta. Provavelmente não se pensou e pouco se pensa no impacto que as ações humanas desencadeiam na natureza e as respostas que teríamos com nossas ações. Uma resposta tão séria que coloca em perigo e risco o desenvolvimento e a existência da vida e da nossa espécie⁵.

As reflexões acima, não pertencem somente ao mundo exclusivo da academia ou a determinada disciplina, nem mesmo aos cientistas ou ao atuar político. A problemática referida pertence a todas as sociedades, povos e disciplinas. Externa-se, o pensamento, desta forma porque as circunstâncias em que o mercado e a natureza se articulam externalizada na degradação, contaminação do meio ambiente e dos recursos hídricos no intuito de transformar tudo em *comodities*, afeta a vida de todos os seres vivos, inclusive dos humanos. Raramente um perigo tão grande, provocado pela sociedade de consumo, pairou sobre as espécies vivas colocando-as em situação de imensa vulnerabilidade. O efeito da mudança climática provocada na América Latina sem dúvida aumentará nossa desigualdade, multiplicará nossas vulnerabilidades o que de fato, já está nos tornando muito mais sensíveis economicamente.

Para assinalar o impacto humano na natureza e as complicações que esta nova era da Terra teria, cientistas pesquisadores deram ao tempo em que vivemos, o nome de Antropoceno. A modernidade, em qualquer de suas fases, foi construída sobre resíduos fósseis; como um gigante bíblico que tinha cabeça de ouro e baú de prata, mas pés de barro, levantou um mundo novo e paradigmático sobre a exploração da natureza⁶.

⁵ No final dos anos de 1980 o Estado brasileiro teve grandes mudanças estruturais. A sociedade foi inserida no importante desafio no processo de transição democrática e no estabelecimento do Estado Democrático de Direito (ABERS; BÜLOW, 2011).

⁶ Na *Bíblia*, o livro de Daniel é um escrito apocalíptico, profecia em outros moldes. CLACSO = ambiente e Sociedade, 2022.

As ações para frear esta fundamentação ambiental, são precárias e muito insuficientes. As forças de produção, por ser imediatistas no seu intuito de ganhos não realizaram esforços de mudanças na matriz energética, o uso de carvão, petróleo e gás permanece inalterado. O uso de energias renováveis não chega a 5% no planeta. Territórios que possuem depósitos de combustíveis fósseis como petróleo e gás são objeto de conflitos e guerras parecendo que a retórica favorável ao combate das Mudanças Climáticas vai de um lado, e do outro, orientadas por líderes que estão à frente das nações se apegando ao uso de energia poluente.

Já foi dito em artigos anteriores de minha autoria, que as ciências sociais inicialmente tinham apontado o problema mas não exposto um pensamento de soluções, o assunto não era de sua competência; porém, percebeu-se que as Mudanças Climáticas e a poluição da natureza têm muito a ver com as formas como as sociedades se configuraram no mundo moderno, nos confrontando diante de um fenômeno típico da modernidade e da prática utilitarista irresponsável que coloca o ápice da atividade humana no sujeito Humano, e somente nele. Essa visão antropocêntrica é responsável pelo uso de resíduos fósseis e seus efeitos, que são geradores do aquecimento global e da alteração das condições naturais de vida. Desta forma se busca inserir, nos esforços globais, este novo paradigma, combinando um ambiente saudável no planeta com o desenvolvimento das mudanças sociais da vida humana, sendo o arquétipo desafiador que temos pela frente.

Para alcançar resposta e cumprir esta jornada, fez-se necessária a análise da existência da crise de representatividade e do distanciamento entre o cidadão e os agentes políticos eleitos, resultado de um engessamento da democracia representativa, da restrição da esfera pública e de sua privatização pelas elites patrimonialistas. Para então pontuar a importância da construção da cidadania por meio do exercício pleno dos direitos constitucionais e da adoção de ferramentas garantidoras de uma participação popular autônoma; assim como, o valor da implementação de mecanismos de gerenciamento popular sobre as decisões da Administração Pública (AVRITZER, 2002).

FUNDAMENTOS

Na introdução anterior relacionando mercado e problemas ambientais (Alterações Climáticas) na democracia, à de se demandar uma reflexão sobre a construção epistemológica da sociedade. Analisar conceitos da teoria social e compreender os impactos das mudanças na sociedade ao longo dos séculos, sendo primordial para o debate democrático com objetivo comum da política de Recursos Hídricos.

Dentre os principais problemas do mundo atual, as mudanças climáticas e as relações humanas com o meio ambiente foram posicionadas como questões estratégicas que marcam o desenvolvimento do século XXI, a partir de sua compreensão como fenômeno local e global. Da mesma forma, crescem as lutas de povos, grupos e comunidades que defendem seus segmentos e meios de subsistência; simultaneamente se propõem outras formas de produção e relação com a natureza.

O aumento dos impactos das mudanças climáticas em determinadas populações que vivem em situações de desigualdade e vulnerabilidade motiva a exploração dos vínculos existentes entre ela e o desenvolvimento capitalista. A insustentabilidade do modelo de desenvolvimento, socioeconomicamente desigual mostra seu poder destrutivo, exigindo uma transformação estrutural por meio de políticas públicas voltadas à preservação das sociedades e das relações com o meio ambiente. As discussões em torno do extrativismo, assim como as propostas baseadas no bem-estar social, fazem parte das abordagens que exigem aprofundar as pesquisas, construir novas evidências e tornar visíveis experiências sociais pouco reconhecidas.

Assim, é necessário entender qual modelo de sociedade ensinam nas escolas aos filhos das classes dominantes e que aprende a grande maioria de classes sociais mais vulneráveis, que também estão dentro da sociedade, no mercado de trabalho e consumo; é frente a este imenso desafio que a humanidade se confronta para poder planejar e tomar decisões, decisões estas que logo se transformam em base de marcos referenciais.

Na Ascensão Social, para que a vida possa ser planejada e racionalizada, a ideia principal é a do pensamento prospectivo - em nome desse bem futuro: ter um bom emprego, um carro, um apartamento etc. - para isto acontecer deve-se renunciar ao prazer imediato em nome da preocupação das benesses do amanhã. Esta é a ideia pré-concebida, das classes sociais dominantes, ensinadas desde o berço, e postas em andamento pelos canais de comunicação que desempenham não somente seu papel de porta voz informante, como também, dar forma na opinião pública em acordo com as agendas de poder corporativo dominante; a grande maioria populacional, sequer pode pensar em futuro.

A complexidade social na América Latina é resultado de uma classe hierárquica de quem manda e quem obedece seguindo a premissa de nunca perder uma oportunidade, tendo como recusa a ideia de transferência ou distribuição de renda. Qualquer programa político que tenha como meta a diminuição da desigualdade econômica e social é visto como afronta dentro das classes dominantes.

Tomar decisões participativas involucra trabalhar sobre um conjunto de temas da vida cotidiana, invisíveis para a grande maioria da população que não tem tempo de acompanhar a ciência que indica as ferramentas utilizáveis para que a informação aflore esclarecedora no sentido de que valor deve-se dar a decisão.

MERCADO

No início deste artigo nos referimos a água não sendo um recurso natural restrito com valor econômico ou valor de uso para os seres humanos. Ele é um bem de usufruto ecológico múltiplo.

Desta forma, o apresentado aqui, ganha uma outra conotação, indo além do uso humano, juntamente com o oxigênio, a água é o recurso natural responsável pela vida no planeta, servindo ao consumo direto, seja para beber ou para suprir necessidades cotidianas da vida, para a dessedentação animal e para a produção de alimentos agrícolas; abriga os recursos pesqueiros, fluviais e marinhos; serve de via de transporte e delas dependem comunidades ribeirinhas e de pescadores e funciona como espaço cênico e de lazer, além de ter importância cultural, simbólica, religiosas e imaterial para diversas comunidades (FRACALANZA, 2005 apud WANDERLEY; LEÃO; COELHO, 2021).

O tema merece construção política, do contrário as pessoas pensam que o problema está fora de controle, por causas da natureza ou por outros motivos técnicos. Mas o problema é notadamente político-econômico influenciado por o mercado das grandes corporações capitalistas. Se água é um bem comum, ela nunca pode ser uma mercadoria; assim sua administração deve ser pelo poder público, pois dela depende o eixo estrutural da economia dos países.

O risco da escassez de água fez do recurso natural uma commodity digna de negociação no mercado futuro de Wall Street. Similar ao que acontece com o petróleo e ouro, a água agora se junta no mesmo modelo (Publicação google em 08/12/2020 às 11h15).

As metas fixadas no Acordo de Paris – 2015, foram hitos ambientais do desenvolvimento sustentável – água e saneamento para todos até 2030 – ao que parece impossível.

Mostrar, apresentar e entender estas questões e problemas que são resultados gerados pela ganância imediata dos sistemas de produção no extrativismo é o primeiro desafio a conhecer sua complexidade. A questão de nossas reservas de água que involucram tudo o que significa vida, só pode ser devidamente apreciada com uma visão interdisciplinar da realidade. Fontes de água

deterioradas e mal administradas, são argumentos da privatização contra o poder público. Negar informação correta ou esconder fraudes e mentiras não pertencem a mudanças de natureza climática e sim aos arranjos de poder. Sua persistência nas últimas décadas nos obriga a refletir seriamente sobre diferentes cenários e indicadores que se alteram em decorrência dessas mudanças. Como resultado disso, também, temos mudanças nas diferentes formas de vida e temos consciência de seus efeitos na sociedade humana. Dois bilhões é a quantidade de pessoas que habitam regiões do planeta com problemas de escassez de água e se estima que em apenas quatro anos dois terços de todo o mundo possam sofrer com o mesmo problema.

A supremacia dos setores produtivos nos conflitos de água como “recurso econômico” e não como recurso natural, mostram retrocesso para o meio ambiente e amplia caminhos na bolsa de valores americana.

O exemplo chileno sempre comentado nos mercados da água tida como mercancia, teve uma derrota com o novo processo eleitoral a favor da desprivatização da água. A Comissão do Meio Ambiente da Assembleia Constituinte Chilena, aprovou revogação da norma que criou “mercado das águas”, viabilizada pela ditadura militar. Nas últimas semanas, a discussão sobre a privatização da água, voltou à tona, lideranças políticas chilenas afirmam que estão no caminho de câmbios democráticos; porém, à uma longa estrada a percorrer. (<https://www.cartacapital.com.br/mundo/novos-tempos-no-chile-rumam-para-a-desprivatizacao-da-agua/>).

Desta experiência chilena de mercado capitalista, que por definição implica que num mercado circulam mercancias intercambiadas por seus possuidores, não existem muitos exemplos. Estudando este tema, encontramos falta de informação nos quantitativos de água; em que territórios se encontram possíveis novos aquíferos desconhecidos; quem controla os aquíferos já conhecidos a exemplo do Guarani, a Bacia Amazônica ou a exportação de água do Canada, que destino e utilidade estão dando a estas águas; inclusive em países desenvolvidos.

Para que o tema do mercado da água bruta possa flutuar na bolsa de valores requer previsão nos dados quantitativos, de outra forma não funciona, estes questionamentos anteriores são portadores de tesses hipotéticas ou intentos não concretizados. Este desejo, até o momento somente tem mostrado ineficiência e desconhecimento técnico, igualmente que investimentos vultuosos tenham sido feitos para ganhar dinheiro fácil e desonesto, não deixando espaço para argumentar resposta.

...a Inglaterra, um país notadamente capitalista, onde a água é gerenciada como serviço, foi privatizada em 1989 e ninguém fala que existe mercado para este recurso finito, que poderia flutuar na bolsa de valores. Isto é uma fabula publicitada por alguns bancos particulares, que corroboram com mais uma tentativa, usando a privatização e todos seus argumentos já conhecidos – ineficiência no serviço público, mala administração etc. A frase adaptável de ganhar dinheiro fácil seria “pagar pedágio, pelo que ainda não é mercadoria”. (Jose Esteban Castro – TV Pública, Uruguay)

Os projetos de poder e de obtenção de vantagens pessoais não tem sido fácil para o capitalismo, em detrimento aos interesses coletivos; tentar converter água em mercadoria é uma ação fraudulenta. Em 2015, a Mckenzie, que trabalhou juntamente com empresas como Coca Cola, Nestle e até fez consultoria para o Banco Mundial, foi denunciada pela empresa privada de água de Londres (Inglaterra) por engarrafar água da torneira, como sendo mineral, e vendida a valor maior do que a água administrada pelo serviço daquele país.

O relato anterior demonstra a fragilidade existente na apropriação da água as vezes até com permissão do Estado onde existe pouca regulação ou nenhuma. A água é subtraída com baixo custo e sem controle sanitário de fontes naturais, indicando que não é comprada porque não existe um mercado para uma transação comercial, sendo este o princípio central capitalista, igualmente que Wall Street insiste numa revolução no mercado da água privatizada.

Recentemente o Paraguay, também se manifesta em favor das captações de água do aquífero Guaraní e dos cuidados dos recursos hídricos em seu território e por primeira vez na história a Coca Cola e a Nestle passam a pagar pela extração desta água.

A Bloomberg, o CME Group Inc. lançou no mercado da Califórnia (2020) contratos vinculados a tentativas publicitárias em bancos americanos como já existindo títulos de valores de água. Esta ideia tem como objetivo que agricultores e municípios californianos se proteger de um futuro com menos recursos naturais o que significa uma privatização por parte do Estado da Califórnia. Este tipo de contrato é pioneiro nos Estados Unidos e já tinham sido anunciados em setembro 2020 em meio às crises de incêndios florestais na costa oeste americana, repetindo-se em 2021. Os contratos protegem grandes consumidores de água dos preços voláteis da água na região que se mede conforme a escassez do recurso ao longo dos anos. Tim Mc Court, chefe global do índice de ações e produtos de investimento alternativos da CME, afirmou que a ideia de fundo dos contratos é gerenciar os riscos associados à água que cada vez mais se tornam presentes e são importantes tópicos de debate e discussão.

Esses contratos funcionarão financeiramente, sem necessariamente envolver entrega física de água. Seus preços serão baseados no Índice de Água Nasdaq Veles California Waters (NQH20), indicador de referência estabelecido para os preços do recurso no estado, apoiados nos direitos de água da Califórnia com periodicidade de atualização semanal, conforme a média ponderada por volume dos preços de transação dos maiores mercados de água do estado. O contrato é trimestral com disponibilidade até o ano de 2022, representando um volume de água equivalente a 3,26 milhões de galões (1 galão = 3.78541 lts,) ou 10 acres-pés de água com um investimento de R\$ 5,15 bilhões.

Esses contratos oferecerão também, uma visão mais a longo prazo do preço da água na Califórnia, permitindo planejamento financeiro por parte dos grandes consumidores do recurso. Contudo, o máximo que se tem são estimativas, uma vez que a disponibilidade de recursos naturais como a água dependem diretamente do clima e de fatores incontrolláveis. Até o momento, a CME identificou à Bloomberg como potenciais participantes desse mercado, juntamente com produtores agrícolas da Califórnia, agências públicas de água, concessionárias de serviços públicos e investidores institucionais como gestores de ativos e fundos. Tudo indica que a água está se juntando a outros ativos como ouro e petróleo, negociados em Wall Street, reforçando receios de que os recursos naturais, essenciais para a vida, se tornem escassos no planeta. Estes contratos serão liquidados financeiramente, em vez da entrega física real da água.

O argumento sempre é o mesmo, a fórmula da precificação vai ajudar usuários a administrar melhor o risco de falta, alinhando o fornecimento e a demanda diante da seca, o crescimento populacional a consequente falta de saneamento; na realidade o problema está extremamente ligado a comportamento humano que em sua essência são iguais independente de que lado do pensamento estejam.

A experiência chilena, ou a recente na Califórnia, nos alerta no sentido que privatizar não é só vender a empresa pública para o setor privado; privatizar, significa colocar riquezas nacionais em mãos de fundos soberanos ou estatais de outros países estrangeiros. Estas operações rendem muito dinheiro para aqueles que as realizam ou que estão à frente das aquisições ou emissão de ações no mercado de valores. Privatizar representa um perigo de segurança nacional em setores que são naturalmente sensíveis ao povo de um país, um monopólio em mãos desconhecidas tomando conta de um recurso natural onde o objetivo passa a ser lucro.

As experiências de privatização no mundo, deram resultados catastróficos no sentido do aumento de preço e má qualidade do produto vendido; tudo o que foi privatizado na década de 90 e 2000, foram ou estão em processo de reestatização.

Não tem sentido falar de controle e diminuição de consumo de água, e os defensores da privatização falar de aumento de venda, num mundo onde a água é cada vez mais escassa.

Desta forma pode se discernir que o preço do mercado é para grandes corporações onde o pequeno não pode competir; assim, somente resta para as camadas mais fragilizadas da sociedade ou mercado de trabalho, a venda de mão de obra barata.

O neoliberalismo mostra seus limites e a relação entre o Estado e o Mercado, com as diferentes crises marca a falta de expectativas em relação a um futuro melhor.

A instabilidade mundial que vivemos, a fraqueza dos governos Latino-Americanos em implementar políticas que reduzam as desigualdades e a agitação social decorrente do aumento dos preços fazem parte do contexto atual. A grande discussão que vai acontecer é se este processo capitalista que está ocorrendo em todo o mundo, é impulsionado pelas leis do mercado ou pelas leis do Estados. Esta seria a chave para resolver a questão da desigualdade, sabendo que quem impõe as regras é o Mercado ficando evidente que o Estado as aceita, pois suas leis foram feitas de acordo com as do Mercado. Quando o Mercado precisou de ajuda durante a crise pandêmica, recorreu ao Estado, que não hesitou em sair e salvá-lo diante da crise financeira que se vislumbrava. Quando o Mercado se recuperou, pediu ao Estado que não interviesse, e os Estados demonstraram que esta regra foi aceita.

Embora, governos de alguns países Latinos-Americanos tenham tentado impor medidas para reduzir a desigualdade, a relação entre o Estado e Mercado tem uma dinâmica própria, que tem sido um elo doentio porque acabou engordando o Mercado que não quer mais que os Estados intervenham na dinâmica (inflacionária) dos preços e na concentração de lucros o que enfraquece o Estado e empobrece os mais necessitados⁷.

A evidências de muitos outros países em que os governos conhecem a problemática Mercado/Estado e a situação do extrativismo ambiental, entendem as soluções políticas de que precisamos urgentemente mas ignoram os apelos urgentes do Intergovernmental Panel on

⁷ Uma das medidas econômicas que se tornaram relevantes na América Latina durante a crise pandêmica foi a tentativa do imposto sobre as grandes fortunas, apresentada no Congresso dos diferentes países no Chile, tinha como objetivo, arrecadar fundos dada a delicada situação gerada pela pandemia.

Climate Change (IPCC), do Secretário-Geral da ONU e da Agência Internacional de Energia, em vez disso, avançam com o licenciamento predatório na apropriação e uso da água, de novas explorações das mineradoras, petróleo e gás para os próximos anos, principalmente por causa do lobby de alguns dos mais ricos e poderosos produtores de petróleo e gás. corporações de combustível.

HISTORICO DEMOCRATICO

A definição do fenômeno comportamental é função adquirida na prática da vida humana independente de conceito teórico. Os integrantes do Estado, fizeram e fazem que as forças representativas do capital sejam uma linha independente e paralela precisando um do outro.

O enfoque nas mudanças que ocorreram nos últimos anos no cenário político brasileiro e internacional - pandemia e câmbio climático – disseminou-se e se intensificaram ideologias políticas de mercado nos canais de informação. desmoralizando as instituições democráticas no imaginário social, prejudicando os princípios constitucionais e democráticos e, até mesmo, impulsionado o surgimento de governos autoritários.

Durante séculos, o Estado foi uma das formas de governo humano das mais extraordinárias, das mais duvidosas e das mais atemorizantes; tristemente marcadas por grandes tragédias sociais e políticas que aconteceram e, sabemos hoje como nunca em nossas vidas acontecem. Desde os seus primórdios, o Estado era ao mesmo tempo individualista e totalitário, portanto, opor o Estado ao indivíduo e seus interesses é tão arriscado quanto opor-se à comunidade e suas demandas.

Dois conceitos teóricos contemporâneos, se caracterizam e categorizam no cenário democrático: i) na forma representativa ii) na forma liberal.

Ao se falar de representatividade ganha destaque, na voz de seus opositores, as barreiras e empecilhos responsáveis pela limitação da participação política, mostrando um abismo entre os representantes e os representados (Douglas Monteiro de Castro, 2022).

Partindo do princípio de que cada palco conflitivo é um cenário diferente, opta-se, neste artigo, por não abandonar o entendimento clássico de democracia, em que o poder emana de Deus para o povo quem o exerce diretamente. Assim, devemos retomar as construções teóricas que contribuíram para formatar a teoria democrática que se tornou predominante a partir da segunda metade do século XX, nos textos de autores como Robert Dahl, Norberto Bobbio e John Dunn, certificando um esgotamento do modelo representativo e a necessária expansão da

democracia participativa. Com este referencial teórico se espera o embasamento necessário para dialogar com as perspectivas teóricas que reforçam o discurso sobre a crise da representação política e defendem as duas vertentes da democracia participativa e da democracia deliberativa.

A ideia de governo mínimo para a prática de governo de muitos (Robert Dahl, 2012) é um desafio já visto na Grécia antiga, que para enfrentar o problema do aumento participativo, se conceberam ferramentas, aplicadas nas cidades-estados. Implementar um governo plural é historicamente raro, dando-se apenas em contextos muito restritos. Este fato é ratificado pelo quase desaparecimento, devemos nos remeter ao Ser Humano e a suas formas de interesse participativo dentro da sociedade em que vive⁸. Igualmente, a concepção da participação direta dos cidadãos nunca deixou de ser sedutora no ideário político, igualmente se sabendo que dentro do Estado contemporâneo o Ser Humano, apresenta desafios e barreiras em acordo aos interesses de seus representados ou dos seus próprios que dificultam a construção de um planejamento mais igualitário entre política ideal e política real. Desta forma, se deixam notar dois cenários (DAHL, 2012, p. 44-45), i) uma, trata da noção de representação política; ia segunda, ii) trata sobre o ideário de igualdade política. Ambas estudadas por Norberto Bobbio (2000), formando resumo sobre a antiga e a contemporânea democracia⁹.

- i) A história mostra que o sucesso da implementação de um governo por muitos é raríssimo, dando-se apenas em contextos muito pequenos, fato comprovado pelo quase desaparecimento desta modalidade de governo ao longo dos séculos vindouros. No entanto, a concepção de um sistema político ideal fundado na participação direta dos cidadãos nunca teria perdido o seu poder de atração sobre a imaginação política (DAHL, 2012, p. 11). Vislumbrar a democracia por meio da ótica das cidades-estados não é factível, o advento do Estado moderno apresenta desafios e barreiras que tornam obsoleta a construção de um planejamento por este primeiro viés. Essa necessária transformação de contexto é enfaticamente percebida no século XIX na Europa ocidental e é neste cenário que se vislumbra relances do ideal democrático como uma força política universal, como uma ideologia (DAHL, 2012, p. 12). Essa transição alterou a

⁸ As exigências que cada Ser Humano se impõe na vida tem como característica, a importância que damos a nossos atos; máximo rendimento.

⁹ A democracia antigas corresponde à democracia direta e a contemporânea corresponde à democracia representativa. As Comunas, primórdios dos Comitês de Bacias ou Conselhos eram os cidadãos membros reunidos numa assembleia para deliberar sobre os caminhos a serem seguidos pelo Estado; desta forma, concretizava democraticamente o processo.

matriz por trás da concepção de um processo democrático. A mudança proporcionada pelo palco de implementação – antigas cidades-estados para o moderno Estado nacional – impôs um grande aumento de escala, que, logicamente, alterou o desenho democrático até então existente.

- ii) Os Estados democráticos do ocidente no século XIX traçaram um paralelo entre a ideia democrática e a representação política, o entrelace entre princípios e objetivos destas ideias corroborou para o perfil traçado para democracia contemporânea, Robert Dahl (2012) aduz que a primeira grande mudança foi a passagem da ideia e da prática do governo de poucos para a ideia e a prática de governo de muitos.

Individualização e totalização são dois efeitos inevitáveis. A libertação não pode, portanto, entrar em conflito um com outro desses efeitos, mas sim de atacar as próprias raízes da racionalidade política; mesmo porque a racionalidade política foi desenvolvida e imposta ao longo da história das sociedades ocidentais. A princípio, enraizou-se no poder da igreja, depois na razão de Estado.

Os modelos mentais influem e nossa percepção, orientam nossa atenção e afetam a forma em que recuperamos informação da memória, com a que em última instância, se determina o aprendizado e a forma em que construímos o significado de nossa experiência e outros adquiridos socialmente no dia a dia com sua comunidade¹⁰. (Facundo Manes/Mateo Niro, 2021).

Assim, estabelecemos os movimentos da sociedade e como e porque atuam os indivíduos. A forma de atuar cerebral, é produto de nosso aprendizado, constituindo-nos como espécie humana e nos elaborando socialmente.

REFERENCIAS

- ABERS, BÜLOW**, 2011 - Estado Democrático de Direito;
- ANDERSON**, 2019 – Momentos Políticos;
- AVRITZER**, 2002 – Crise de Representatividade; Sociedade Civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política – 2012;
- BOBBIO**, Norberto, 2000 – A Questão Democrática
- DAHL**, Robert, 2012;
- DUNN**, John, 2020 – A História da Democracia;

¹⁰ A ideia pré-concebida, das classes sociais dominantes de renunciar ao prazer imediato em nome da benesse do amanhã ou as práticas cotidianas das dificuldades sociais que determinam a decisão.

FRACALANZA, 2005 - apud WANDERLEY; LEÃO; COELHO, 2021;
GEERTZ, Clifford, 2012 - A Interpretação da Cultura;
CASTRO, Jose Esteban, 2020 – TV Pública, Uruguay;
MANES, Facundo/**NIRO**, Mateo, 2021 – Ser Humano;
MOUNK, 2019; O Povo Contra a Democracia;
ROTH DEUBEL, Andre-Noel, 2007 - Políticas Públicas;
BPBES, 2018 - Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos.